

ATA DA QUINTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA, DÉCIMA NONA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OLÍMPIA, REALIZADA NO DIA VINTE E UM DE JULHO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO ÀS DEZ HORAS.

Aos vinte e um dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, às dez horas, sob a Presidência do Senhor Vereador **Flávio Augusto Olmos**, Presidente da Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia, e presentes os demais membros da Mesa Diretora: Vice-Presidente, Vereador **Leandro Marcelo dos Santos**; Primeiro Secretário, Vereador **Marco Antônio Parolim de Carvalho**; Segundo Secretário, Vereador **Luciano Ferreira** e com a presença dos Senhores Vereadores **Charles Amaral Ferreira**, **Fernando Roberto da Silva**, **Lucimara Batista Germano do Nascimento**, **Luiz Antônio Moreira Salata**, **Luiz Gustavo Pimenta**, **Otávio Augusto Hial**, **Renato Barrera Sobrinho**, **Sandro Pires de Andrade** e **Sônia Regina Pinto Guerra** foi realizada a Quinta Sessão Extraordinária, Primeira Sessão Legislativa, Décima Nona Legislatura da Câmara Municipal da Estância Turística de Olímpia, convocada pela Circular nº 08/2025, para apreciação de matérias urgentes. Feita a chamada e, verificado haver número regimental, o Senhor Presidente, "Sob a Proteção de Deus", dá por iniciados os trabalhos, convidando o Vereador Marco Antônio Parolim de Carvalho para proceder a leitura de um trecho do Santo Evangelho. Dando sequência aos trabalhos, é lido, pelo Senhor Primeiro Secretário, o **Requerimento nº 521/2025**, que requer **urgência** para a discussão e votação do **Projeto de Lei nº 6260/2025**, Avulso nº 178/2025, de autoria do Executivo, que institui o Cadastro Municipal de Áreas Públicas no âmbito do Município da Estância Turística de Olímpia-SP, e dá outras providências. O Requerimento é colocado em **discussão**. Não havendo oradores, o Requerimento é colocado em **votação**, sendo regimentalmente **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes. Prosseguindo com a tramitação, aprovada a urgência e com o Parecer verbal da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, favorável à livre tramitação do Projeto de

Lei nº 6260/2025, o Senhor Presidente o coloca em **primeira discussão**. Não havendo oradores, o Projeto entra em **primeira votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes. A seguir, em **regime de urgência**, o Senhor Presidente solicita os Pareceres verbais das Comissões de Finanças e Orçamento; Obras, Serviços Públicos, Turismo e Outras Atividades; Educação, Saúde e Assistência Social; e Bem-estar e Proteção da Vida Animal. Com os Pareceres verbais e favoráveis dos membros das referidas Comissões, o Projeto é colocado em **segunda discussão**. Não havendo oradores, em **segunda votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes no plenário. Dando sequência à tramitação do Projeto, em regime de urgência, e com o Parecer verbal e favorável dos membros da Comissão de Justiça e Redação, conforme determina o Artigo 206, do Regimento Interno, o Senhor Presidente, **declara** o Projeto de Lei nº 6260/2025 **aprovado** em **Redação Final**. Dando sequência aos trabalhos, é lido, pelo Senhor Primeiro Secretário, o **Requerimento nº 522/2025**, que requer **urgência** para a discussão e votação do **Projeto de Lei nº 6261/2025**, Avulso nº 179/2025, de autoria do Executivo, que institui o Selo "Amigo da Terceira Idade" no âmbito da Estância Turística de Olímpia e dá outras providências. O Requerimento é colocado em **discussão**. Não havendo oradores, o Requerimento é colocado em **votação**, sendo regimentalmente **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes. Prosseguindo com a tramitação, aprovada a urgência e com o Parecer verbal da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, favorável à livre tramitação do Projeto de Lei nº 6261/2025, o Senhor Presidente o coloca em **primeira discussão**. Não havendo oradores, o Projeto entra em **primeira votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes. A seguir, em **regime de urgência**, o Senhor Presidente solicita os Pareceres verbais das Comissões de Finanças e Orçamento; Obras, Serviços Públicos, Turismo e Outras Atividades; Educação, Saúde e Assistência Social; e Bem-estar e Proteção da Vida Animal. Com os Pareceres verbais e favoráveis dos membros das referidas Comissões, o Projeto é colocado em

segunda discussão. Não havendo oradores, em **segunda votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes no plenário. Dando sequência à tramitação do Projeto, em regime de urgência, e com o Parecer verbal e favorável dos membros da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, conforme determina o Artigo 206, do Regimento Interno, o Senhor Presidente, **declara** o Projeto de Lei nº 6261/2025 **aprovado** em **Redação Final**. Dando sequência aos trabalhos, é lido, pelo Senhor Primeiro Secretário, o **Requerimento nº 523/2025**, que requer **urgência** para a discussão e votação do **Projeto de Lei nº 6262/2025**, Avulso nº 180/2025, de autoria do Executivo, que altera o artigo 68 da Lei nº 4.460, de 05 de junho de 2019, que institui a Política de Proteção de Animais Domésticos na Estância Turística de Olímpia, para reorganizar a ordem da destinação dos animais apreendidos. O Requerimento é colocado em **discussão**. Não havendo oradores, o Requerimento é colocado em **votação**, sendo regimentalmente **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes. Prosseguindo com a tramitação, aprovada a urgência e com o Parecer verbal da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, favorável à livre tramitação do Projeto de Lei nº 6262/2025, o Senhor Presidente o coloca em **primeira discussão**. Usam da palavra os Vereadores: **Luiz Antônio Moreira Salata**: "Presidente, eu quero usar da palavra como membro da comissão e presidente da Comissão de Orçamento e Finanças. Tá gravando, presidente?" **Flávio Augusto Olmos**: "Tá gravando." **Luiz Antônio Moreira Salata**: "Tá, eu queria dizer a todos, primeiro, que a gente tem que apertar um pouco os secretários, né? Eu não tenho recebido resposta das minhas proposições. Primeiro, acho que a gente tem que caminhar aqui, depois de seis meses, valorizando um pouco mais o Legislativo. Essa é a primeira questão. Segundo, a política pública em defesa da causa animal precisa ser ajustada. Tô vendo esse projeto de lei, e no escopo dele tá falando mais de animais de médio e grande porte. Os animais de pequeno porte... nós estamos com problemas, tanto com problemas que eu vi agora, nos últimos dias da semana passada, a saída do servidor que tava em comissão. Aliás, eu

tenho muita admiração por ele, pela família. Precisa ser explicado a razão da saída repentina. Mas eu não tô satisfeito com a política da causa animal aqui em Olímpia. Primeiro, que a gente não conseguiu ainda acertar a questão da castração. Nós temos vários meios de caminhar com isso. Eu já disse ao prefeito que é necessário a gente reativar uma situação de distribuir essas castrações para os veterinários. Os profissionais da municipalidade não têm condição, não têm razão. A carga horária deles é muito pequena, e o ajustamento de castração precisa ser feito porque a procriação de animais tem uma forma geométrica, (sim) cresce Gato cinco, seis gestações por ano, cinco, seis animais cada gestação. Cachorro... nós temos animais, cães abandonados ainda na cidade. É uma estância turística gente. Nós precisamos resolver isso aí, (sim). Eu fiz um requerimento, não recebi resposta, né? Eu tenho mantido uma boa relação com o secretário de Meio Ambiente. É um servidor trabalhador, mas eu sei que a causa animal é complexa. Esteve aqui um deputado estadual, (sim) que parece que vai fazer aí o aporte de um milhão de reais. Ele até falou uma coisa que eu não concordo falou que uns setenta mil reais resolve o problema da castração do município. Ele não conhece o problema específico de Olímpia. Eu não quero ser aqui o salvador da pátria. Eu acho que é uma causa que deve ser abraçada por todos. As organizações da sociedade civil estão ainda em fase de acerto legal, elas não podem receber ainda recurso. Então, pessoal, eu tô fazendo um apelo, né? Um apelo que precisa ser ouvido por todos. Olha, a Tereos tem sede no município, né? Ela não ajuda nada as ONGs. Ajuda a ONG de São Paulo, ajuda a ONG lá do outro lado do rio Paraná, mas não ajuda a Olímpia, nem as sociais, nem as de cães e de gatos. Então, precisa ser feita uma reorganização da legislação, consolidar essa legislação. O Executivo, que desocupou há seis meses as repartições aí do município, não fez nada. Cê vê, eu pedi informação... é deprimente o número de castrações que era feito mensalmente. Precisa pegar firme. Nós precisamos caminhar duro, porque quando se vê um animal abandonado, um turista vê, ele fala: "Olha, poxa, mas eu tô numa

estância turística ou tô numa currutela?" Não. O povo de Olímpia tá esperando muito mais com relação à causa animal. Obrigado, presidente." **Lucimara Batista Germano do Nascimento:** "É isso mesmo, Salata. A gente fica muito triste aí com a saída do Luciano. Porque quando ele entrou nessa causa aí, ô Flavinho, a gente ficou muito feliz, porque realmente ele trabalha com o coração. E eu também fiquei muito triste da saída dele, porque ele falou que o estado é muito grave, tá? É muito grave aqui com os animais. E é uma cidade igual o Salata falou uma cidade turística. Eu acho que tinha que dar um olhar bem diferenciado aí pros animais, né? Parece que tá tudo abandonado. Então, vamo olhar aí pra causa animal, porque realmente, gente, tá precisando muito de apoio. Muito mesmo." **Luiz Gustavo Pimenta:** "O som saiu alto... Quero aqui também deixar a minha manifestação em relação a esse projeto, que eu acho acertada a decisão do prefeito em mandar esse projeto, que é o seguinte. Decorrido cinco dias de apreensão do animal, sem que tenha havido resgate, a municipalidade deverá é dever, seguindo ordem abaixo: doação, doação, doação e realização de leilão. Bom, é um dever do poder público. Tá? Se ele não cumprir isso daqui ele vai correr risco de crime de responsabilidade. Só que eu acho que o prazo ficou pequeno, porque em cinco dias ele não vai conseguir atender essas doações, e ele vai mandar o animal pra leilão. Se não, ele vai ser responsabilizado por não ter cumprido a lei. Responsabilidade no cumprimento de lei. Então, eu acho que ficou estreito pro poder público trabalhar, ele tem cinco dias pra fazer isso se não conseguir tem que mandar o animal pra leilão e se não mandar o animal pra leilão ele tá descumprindo a lei, né. Então é eu acho que foi discutido tudo e passou despercebido. É um é o risco do poder público. Em relação ao Luciano, eu não conheço pessoalmente. Eu conheço, né, de ouvir falar, de boas referências. Era a pessoa certa no lugar certo. Inclusive, ele foi testado pela sociedade olimpiense e recebeu uma quantia expressiva de voto. Eu não sei o motivo que ele saiu. A Lucimara deve saber mais do que eu, porque ela mencionou aqui. Só que nós também deveríamos estar conversando

com ele, porque ele foi testado como eu disse aqui pra sociedade. Foi aprovado, teve uma quantidade expressiva de voto, e estava fazendo, ao meu modo de ver, um bom trabalho. Porque a saída dele? Vou reiterar aqui, não o conheço, tá? Conheço os que foram... quando foi nomeado, foi assim, foi unânime dentro dos defensores da causa animal. Então, sou favorável ao projeto. Dentro da comissão, tem o parecer de Obras. Eu tô falando nisso porque o canil onde o Luciano estava... a gente é responsável também. Essa comissão é pra zelar, como tem a Comissão de Finanças, que é responsável também. Precisa ser valorizada e prestigiada por essa Casa, que é responsável pela finança do município, né? Deve ser usada também mais nessa Casa, porque nós temos o Marcelo, nós temos o Salata, e quem é mais um membro da comissão? A Sônia Guerra. Quer dizer, então, em questão de finanças, nós temos aqui professores. Então, o Executivo pode, sim, estar usando mais essa comissão quando manda esses projetos que envolvam a finança do município, envolvam essas contabilidades. Enfim. Mas, voltando ao projeto aqui, sou favorável e tenho meu voto favorável pela Comissão de Obras. Só dei esse parêntese, seu presidente, porque faço parte da Comissão de Obras." Não havendo mais oradores, o Projeto entra em **primeira votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes. A seguir, em **regime de urgência**, o Senhor Presidente solicita os Pareceres verbais das Comissões de Finanças e Orçamento; Obras, Serviços Públicos, Turismo e Outras Atividades; Educação, Saúde e Assistência Social; e Bem-estar e Proteção da Vida Animal. Com os Pareceres verbais e favoráveis dos membros das referidas Comissões, o Projeto é colocado em **segunda discussão**. Não havendo oradores, em **segunda votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes no plenário. Dando sequência à tramitação do Projeto, em regime de urgência, e com o Parecer verbal e favorável dos membros da Comissão de Justiça e Redação, conforme determina o Artigo 206, do Regimento Interno, o Senhor Presidente, **declara** o Projeto de Lei nº 6262/2025 **aprovado** em **Redação Final**. Dando sequência aos trabalhos, é lido, pelo

Senhor Primeiro Secretário, o **Requerimento nº 524/2025**, que requer **urgência** para a discussão e votação do **Projeto de Lei nº 6263/2025**, Avulso nº 181/2025, de autoria do Executivo, que dispõe sobre o Parque Ambiental da Estância Turística de Olímpia, instalado no Sítio Laranjeiras, matrículas nº 10.947 e 13.339, de propriedade da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Olímpia/SP e dá outras providências. O Requerimento é colocado em **discussão**. Não havendo oradores, o Requerimento é colocado em **votação**, sendo regimentalmente **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes. Prosseguindo com a tramitação, aprovada a urgência e com o Parecer verbal da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, favorável à livre tramitação do Projeto de Lei nº 6263/2025, o Senhor Presidente o coloca em **primeira discussão**. Não havendo oradores, o Projeto entra em **primeira votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes. A seguir, em **regime de urgência**, o Senhor Presidente solicita os Pareceres verbais das Comissões de Finanças e Orçamento; Obras, Serviços Públicos, Turismo e Outras Atividades; Educação, Saúde e Assistência Social; e Bem-estar e Proteção da Vida Animal. Com os Pareceres verbais e favoráveis dos membros das referidas Comissões, o Projeto é colocado em **segunda discussão**. Não havendo oradores, em **segunda votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes no plenário. O Vereador Renato Barrera Sobrinho não estava no plenário. Dando sequência à tramitação do Projeto, em regime de urgência, e com o Parecer verbal e favorável dos membros da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, conforme determina o Artigo 206, do Regimento Interno, o Senhor Presidente, **declara** o Projeto de Lei nº 6263/2025 **aprovado** em **Redação Final**. Dando sequência aos trabalhos, é lido, pelo Senhor Primeiro Secretário, o **Requerimento nº 525/2025**, que requer **urgência** para a discussão e votação do **Projeto de Lei nº 6264/2025**, Avulso nº 182/2025, de autoria do Executivo, que dispõe sobre desafetação de área localizada no Município da Estância Turística de Olímpia e dá outras providências. O Requerimento é colocado em **discussão**.

Não havendo oradores, o Requerimento é colocado em **votação**, sendo regimentalmente **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes. Prosseguindo com a tramitação, aprovada a urgência e com o Parecer verbal da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, favorável à livre tramitação do Projeto de Lei nº 6264/2025, o Senhor Presidente o coloca em **primeira discussão**. Não havendo oradores, o Projeto entra em **primeira votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes. A seguir, em **regime de urgência**, o Senhor Presidente solicita os Pareceres verbais das Comissões de Finanças e Orçamento; Obras, Serviços Públicos, Turismo e Outras Atividades; Educação, Saúde e Assistência Social; e Bem-estar e Proteção da Vida Animal. Com os Pareceres verbais e favoráveis dos membros das referidas Comissões, o Projeto é colocado em **segunda discussão**. Usam da palavra os Vereadores: **Luiz Gustavo Pimenta**: "Presidente, oportunidade de manifestação dos processos e projetos de urgência. É pela comissão, ou membro da Comissão de Obras. Esse projeto aqui está devolvendo a área para o município num fato histórico para a cidade de Olímpia, porque em 2018 ou 2019, fazia parte dessa Casa como vereador, e o projeto era que essa área fosse destinada ao clube de tiro. E, juntamente com Vossa Excelência, com o colega vereador Salata que está aqui com o doutor Salim, nós fomos contrários à doação dessa área para o clube de tiro, porque desde aquela época nós já sabíamos que eles não iam ter condições de construir um clube de tiro nessa área. Mas, mesmo assim, eles acreditavam que iam construir o clube de tiro. Então, transformou-se numa questão política, onde eu, o vereador Salata, o vereador Salim e Vossa Excelência fomos massacrados pela imprensa e pelos puxa-sacos de plantão do prefeito Fernando Cunha, naquela época. Enfim, a história está aí. Hoje, nós estamos aqui votando num projeto de retomada dessa área para o município e concluindo aquilo que nós dizíamos lá atrás, que não era possível fazer um clube de tiro nessa área. Então, são essas considerações, senhor presidente. Para que fique registrado que, se a gente tem algum posicionamento contrário aqui nessa casa porque é essa casa que

recebe as informações do povo, se a gente tem algum posicionamento contrário, não é, às vezes, por questões políticas, não. Neste caso, foi uma questão técnica e demorou. Agora, nós temos que fazer uma lei com uma área registrada, com o número de matrícula, desafetando e voltando pro município. Fundamento minhas palavras no artigo segundo. O imóvel público municipal acima descrito fica desafetado do uso do tiro esportivo, passando a ficar como bem disponível e dominial. São essas considerações, seu presidente. Meu voto é favorável."

Flávio Augusto Olmos: "E, com certeza, né... O pessoal do clube do tiro, naquela época, hoje sabe que aquilo lá foi usado politicamente contra nós, né? Vou falar: "Os cara é contra o clube de tiro em Olímpia", e, na verdade, a gente só queria uma regulamentação. A gente não era contra."

Luiz Gustavo Pimenta: "Exatamente. Até porque não tinha um CNPJ, não tinha uma contrapartida do que ia ser feito. É... A gente tava dando uma área grande pra eles, mas e a contrapartida para a população? Não tinha. Então, esse foi o motivo da gente votar contra. E depois, aí, de sete, oito anos, o projeto volta aqui e nada se foi feito lá. Então, a gente não estava errado. Eu acho que quem participou sabe que foi usado politicamente, porque era véspera de eleição, pra colocar a gente contra um certo grupo de pessoas do bem. Mas a gente... Eles foram usados, simplesmente falando em nome de clube de tiro. Então, muito bem sua colocação, Gustavo. Fico feliz de você ter dado essa opinião e, de fato, é verdade, fomos usados. O pessoal do grupo de tiros, da época, foi usado. O pessoal vinha aqui falar: "Vota, vota, vota!" E, na verdade, ó... Não teve nada até agora. Mas tô sabendo que tá montando um clube de tiro ali na saída da Kimberlite, [grafia incerta] descendo. É um pessoal de São José do Rio Preto, muito bem estruturado, tá bem avançado. Logo, logo, a gente tem um clube de tiro aqui em Olímpia, aqui de verdade. E merece o apoio dessa Casa. E merece o apoio e todo apoio da nossa Casa. O empreendimento. Com certeza."

Leandro Marcelo dos Santos: "Quero também aqui dar os parabéns ao Gustavo Pimenta pela colocação do governo passado, também eu e o Márcio Iquegami

passamos por isso aqui também, Gustavo. Alguns projetos da época do Daemo... quando venderam o Daemo, a gente posicionava, Flávio, o que poderia acontecer ou não acontecer. E a gente fomos aqui chacoalhado. A gente foi humilhado por muita gente do governo. E depois, no final, tiveram que engolir, né? A nossa fala, que estava totalmente certa. O projeto estava totalmente errado. Então, eu sei que vocês devem ter passado por isso, porque quando você escolhe um lado, a pancada vem, Gustavo. Então, quero te parabenizar. E dar os parabéns ao prefeito, ao nosso secretário de governo Cocão, ao Kleber, que tiraram de volta, retomaram de volta essa área. E agora existem que nem o Flávio disse situações que podem criar pra ter o clube de tiro. Mas legalizado, organizado, não descer "goela abaixo" igual era antigamente no outro governo. Obrigado." **Flávio Augusto Olmos:** "E agora tem o aeromodelismo, né? O aeromodelismo lá, né? O pessoal vai lá treinar às vezes. É a hora também, às vezes, de poder fazer a doação não sei como funciona pra eles também, mas bacana. O importante é que eu vejo isso aqui. Eu sei que eu fui até julgado lá atrás por votar ao contrário. E hoje a gente vê que a gente realmente tava certo." Não havendo mais oradores, em **segunda votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes no plenário. Dando sequência à tramitação do Projeto, em regime de urgência, e com o Parecer verbal e favorável dos membros da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, conforme determina o Artigo 206, do Regimento Interno, o Senhor Presidente, **declara** o Projeto de Lei nº 6264/2025 **aprovado** em **Redação Final**. Dando sequência aos trabalhos, é lido, pelo Senhor Primeiro Secretário, o **Requerimento nº 526/2025**, que requer **urgência** para a discussão e votação do **Projeto de Lei nº 6265/2025**, Avulso nº 183/2025, de autoria do Executivo, que altera a redação da Lei Municipal nº 2.292, de 10 de novembro de 1991, que deu denominação à Unidade Básica de Saúde localizada no Jardim Santa Ifigênia, e dá outras providências. O Requerimento é colocado em **discussão**. Não havendo oradores, o Requerimento é colocado em **votação**, sendo regimentalmente **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes.

Prosseguindo com a tramitação, aprovada a urgência e com o Parecer verbal da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, favorável à livre tramitação do Projeto de Lei nº 6265/2025, o Senhor Presidente o coloca em **primeira discussão**. Não havendo oradores, o Projeto entra em **primeira votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes. A seguir, em **regime de urgência**, o Senhor Presidente solicita os Pareceres verbais das Comissões de Finanças e Orçamento; Obras, Serviços Públicos, Turismo e Outras Atividades; Educação, Saúde e Assistência Social; e Bem-estar e Proteção da Vida Animal. Com os Pareceres verbais e favoráveis dos membros das referidas Comissões, o Projeto é colocado em **segunda discussão**. Usa da palavra o Vereador: **Luiz Antônio Moreira Salata**: "Presidente, senhores vereadores, eu conheci doutor Clodoaldo. (Obrigado) Marinho Sarte, [grafia incerta] filho do ex-combatente Afro Sarte. [grafia incerta] Hoje, permanece com muita saúde seu filho, Otávio Lamana Sarte, [grafia incerta] e a viúva do inesquecível doutor Clodoaldo. Quero parabenizar o prefeito por ter mantido esta homenagem a esse médico que dedicou sua vida ao serviço público e ao sacerdócio da medicina. Ele mantendo essa homenagem, ele preserva um trecho da história de Olímpia. O doutor Clodoaldo faleceu precocemente, mas dedicou grande parte, como eu já disse, da sua vida ao atendimento das pessoas, principalmente das mais carentes. Eu até faço aqui um apelo ao prefeito e aos seus secretários, que toda homenagem que foi feita na área da saúde, denominando próprios municipais, UBS, que sejam colocadas em destaque. E também tem uma outra questão que eu defendo, que quando o prefeito mandar pra cá denominações de ruas, logradouros, que venha um pequeno trecho da história do homenageado. Pra que, quando alguém pergunte: Olha, quem foi Clodoaldo Marinho Sarte? [grafia incerta] Foi o médico que dedicou toda sua vida ao desenvolvimento da saúde do município e ao atendimento das pessoas carentes. Obrigado, senhor presidente." Não havendo mais oradores, em **segunda votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes no plenário. Dando sequência à tramitação do Projeto,

em regime de urgência, e com o Parecer verbal e favorável dos membros da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, conforme determina o Artigo 206, do Regimento Interno, o Senhor Presidente, **declara** o Projeto de Lei nº 6265/2025 **aprovado** em **Redação Final**. Dando sequência aos trabalhos, é lido, pelo Senhor Primeiro Secretário, o **Requerimento nº 527/2025**, que requer **urgência** para a discussão e votação do **Projeto de Lei nº 6266/2025**, Avulso nº 184/2025, de autoria do Executivo, que reformula a Lei Municipal nº 1.274, de 18 de abril de 1977, para dispor sobre os Museus Públicos Municipais da Estância Turística de Olímpia, e institui o Sistema Municipal de Museus, estabelecendo sua estrutura, finalidade e vinculação institucional. O Requerimento é colocado em **discussão**. Não havendo oradores, o Requerimento é colocado em **votação**, sendo regimentalmente **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes. Prosseguindo com a tramitação, aprovada a urgência e com o Parecer verbal da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, favorável à livre tramitação do Projeto de Lei nº 6266/2025, o Senhor Presidente o coloca em **primeira discussão**. Não havendo oradores, o Projeto entra em **primeira votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes. A seguir, em **regime de urgência**, o Senhor Presidente solicita os Pareceres verbais das Comissões de Finanças e Orçamento; Obras, Serviços Públicos, Turismo e Outras Atividades; Educação, Saúde e Assistência Social; e Bem-estar e Proteção da Vida Animal. Com os Pareceres verbais e favoráveis dos membros das referidas Comissões, o Projeto é colocado em **segunda discussão**. Usa da palavra o Vereador: **Charles Amaral Ferreira**: "Presidente, eu gostaria de parabenizar o prefeito pela elaboração desse projeto. Na gestão passada, foram criados vários equipamentos culturais, porém sem nenhum planejamento. Marcelo, simplesmente foi feito o prédio e não foi feito um planejamento de gasto, um planejamento estrutural. Quantos funcionários iriam precisar pra ter ali, pra tocar aquela estrutura? Quantos funcionários iriam precisar pra limpeza, manutenção? Equipamentos que iriam ser utilizados ali, né? Então, eu cheguei a ver uma inauguração de

um prédio público onde os instrumentos que estavam lá, na escola de música, eram instrumentos particulares das pessoas que estavam ali, só pra parecer que iria ser inaugurado. Então, eu acho que é muito boa essa posição do Geninho de organizar, né, os equipamentos públicos. Isso é muito importante. O equipamento público está lá pra ser utilizado pela população, mas ele precisa, né, ter um planejamento de como que ele vai ser organizado dentro do escopo da secretaria. Quem que vai dirigir aquele equipamento? Quem vai ser cobrado por aquele equipamento? Quais são as pessoas responsáveis? Qual que é o funcionamento dele? Eu já tenho visto muitas ações, né, dessa gestão aí pra levar a população pra dentro dos museus, pra dentro dos equipamentos públicos da Estação Cultural. Isso é muito importante. E mais esse projeto de lei aqui, que vem pra coroar essas iniciativas do prefeito Geninho e da secretária Guegué, que tem tocado muito bem a cultura. Então, só queria deixar esse relato aqui. Parabenizar ao prefeito e à secretária Gege por esse projeto de lei, que com certeza vai ser muito positivo.”

Não havendo mais oradores, em **segunda votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes no plenário. Dando sequência à tramitação do Projeto, em regime de urgência, e com o Parecer verbal e favorável dos membros da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, conforme determina o Artigo 206, do Regimento Interno, o Senhor Presidente, **declara** o Projeto de Lei nº 6266/2025 **aprovado** em **Redação Final**. Dando sequência aos trabalhos, é lido, pelo Senhor Primeiro Secretário, o **Requerimento nº 528/2025**, que requer **urgência** para a discussão e votação do **Projeto de Lei nº 6267/2025**, Avulso nº 185/2025, de autoria do Executivo, que altera a Lei nº 4.118, de 25 de maio de 2016, para autorizar a celebração de termo de fomento com a Fundação de Apoio ao Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo (FUNDABOM), e dá outras providências. O Requerimento é colocado em **discussão**. Não havendo oradores, o Requerimento é colocado em **votação**, sendo regimentalmente **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes. Prosseguindo com a tramitação, aprovada a urgência e com o

Parecer verbal da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, favorável à livre tramitação do Projeto de Lei nº 6267/2025, o Senhor Presidente o coloca em **primeira discussão**. Não havendo oradores, o Projeto entra em **primeira votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes. A seguir, em **regime de urgência**, o Senhor Presidente solicita os Pareceres verbais das Comissões de Finanças e Orçamento; Obras, Serviços Públicos, Turismo e Outras Atividades; Educação, Saúde e Assistência Social; e Bem-estar e Proteção da Vida Animal. Com os Pareceres verbais e favoráveis dos membros das referidas Comissões, o Projeto é colocado em **segunda discussão**. Usam da palavra os Vereadores: **Luiz Gustavo Pimenta**: "Parabenizar aqui, e não poderia deixar de mencionar uma pessoa que com certeza vai ficar muito contente hoje, que é o Pita Poliselo. [grafia incerta] O Pita sempre lutou junto com o prefeito para trazer a instalação do museu de bombeiro. Na semana passada, eu estava... encontrei com ele no restaurante. Ele estava acompanhado dos coronéis do Corpo de Bombeiros, que iam reunir com o prefeito em relação a esse projeto. Então, parabéns aqui. Nós vamos estar criando, instalando, cuidando, divulgando, enfim... então, parabéns ao prefeito, parabéns ao Pita, que sempre buscou, sempre lutou, fez essa parceria com o Corpo de Bombeiros e com a cidade de Olímpia. Então, merece ser constado em ata nossos agradecimentos ao Pita Poliselo." **Otávio Augusto Hial**: "O Gustavo, faço das suas palavras as minhas palavras. Nada mais do que justo. O Pita é uma pessoa muito dedicada na área dos bombeiros, foi bombeiro voluntário, lutou pelo Corpo de Bombeiros. E hoje, se Deus quiser, futuramente vamos trazer um museu muito bem elaborado pra Olímpia. Salvo engano, em dois mil e dezesseis, foi designada uma área pro Corpo de Bombeiros, e não foi dado prosseguimento no governo anterior. Então, fica aqui meus parabéns ao prefeito Geninho Zuliani, sempre fazendo o bem pra Olímpia. Quero agradecer a presença do Cocão, secretário de Governo, que também está fazendo um trabalho de excelência na parte da prefeitura. E quero quebrar o protocolo e falar sobre o meu assessor. Parabenizá-lo pelos cinquenta anos de idade

completados hoje. Obrigado, seu presidente.” **Flávio Augusto Olmos:** “Parabéns, Luciano! Feliz aniversário! Cumprimentar o secretário de Governo, Cocão. Mas vamos lá...” Não havendo mais oradores, em **segunda votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes no plenário. Dando sequência à tramitação do Projeto, em regime de urgência, e com o Parecer verbal e favorável dos membros da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, conforme determina o Artigo 206, do Regimento Interno, o Senhor Presidente, **declara** o Projeto de Lei nº 6267/2025 **aprovado** em **Redação Final**. Dando sequência aos trabalhos, é lido, pelo Senhor Primeiro Secretário, o **Requerimento nº 529/2025**, que requer **urgência** para a discussão e votação do **Projeto de Lei nº 6268/2025**, Avulso nº 186/2025, de autoria do Executivo, que dispõe sobre a abertura de créditos suplementares. O Requerimento é colocado em **discussão**. Não havendo oradores, o Requerimento é colocado em **votação**, sendo regimentalmente **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes. Prosseguindo com a tramitação, aprovada a urgência e com o Parecer verbal da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, favorável à livre tramitação do Projeto de Lei nº 6268/2025, o Senhor Presidente o coloca em **primeira discussão**. Usam da palavra os Vereadores: **Luiz Gustavo Pimenta:** “Senhor presidente, nós temos que aproveitar a oportunidade em que Vossa Excelência está presidindo esta Câmara, para que possamos também fazer uma mudança no nosso Regimento Interno, nas regras do nosso Regimento Interno. Eu fiz vista de um... por que estou falando nesse projeto? Vou concluir, tá? Mas eu fiz vista de um projeto anterior para que eu pudesse achar uma alternativa até pra melhorar, colocar minhas ideias. Mas, passando da primeira votação, não consegui. Então, é uma questão de prazo. Enfim, estudamos junto com o Ricardinho, junto com a doutora... aqui não tem como fazer a mudança depois, em segunda votação. Mas, nesses casos aqui, eu acho que a gente tem que começar a valorizar as comissões. Eu vejo um trabalho incansável, incansável até às vezes exaustivo para os membros da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, porque eles são o para-choque

aqui da constitucionalidade dos projetos. Então, a pressão social e a pressão política caem em cima desses membros, porque são eles... é essa comissão que dá prosseguimento aos projetos. Só que também existe a Comissão de Finanças. A Comissão de Finanças é ela que vai analisar as contas do Executivo de cada ano. Então, por uma questão de, vamos dizer assim, de agilidade nos procedimentos, a Comissão de Finanças, em momentos em que a gente vai votar projetos que envolvam finanças, suplementação de créditos e empréstimos, antes de ser colocado em votação, também deve passar pela Comissão de Finanças. Eu não sou membro da Comissão de Finanças. Então, estou sugerindo, não estou dando parecer técnico da Comissão de Finanças. Então, a gente passa primeiro para que o processo tramite nesta Casa pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação, beleza? Envolvendo matérias de finanças do município, há de se ter também, em primeira votação, o parecer da Comissão de Finanças para poder dar seguimento. Senão, a Comissão de Finanças só vai se manifestar após ter votado em primeira discussão e votação aqui. Então, é o momento oportuno. Nós estamos falando aqui, nós estamos de receita, estão falando de extraordinária. Mas sentar com a Comissão de Finanças e ver, dentro do nosso regime, dos procedimentos, para que ela seja ouvida nas tramitações onde envolva a sua participação em primeira discussão não só em segunda. São essas as considerações. O meu voto é favorável, senhor presidente."

Flávio Augusto Olmos: "Ô Gustavo, eu vejo que a gente tá aqui pra discutir e pra melhorar. É uma ideia que você dá que realmente tem fundamento, então acredito que vamos sentar, vamos discutir, se tiver que fazer alguma alteração, vamos sim fazer essa alteração. Porque é o que a gente fala, a gente tá aqui pra melhorar. Então, vejo com bons olhos o que você pediu. Eu acho que não é difícil, não. Eu acho que toda a Casa vai aceitar. A gente pega pra discutir depois certinho. Pode ter certeza." Não havendo mais oradores, o Projeto entra em **primeira votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por 11 (onze) votos favoráveis e 01 (um) voto contrário dos Edis presentes. A Vereadora Lucimara Batista Germano do Nascimento votou

contrário. A seguir, em **regime de urgência**, o Senhor Presidente solicita os Pareceres verbais das Comissões de Finanças e Orçamento; Obras, Serviços Públicos, Turismo e Outras Atividades; Educação, Saúde e Assistência Social; e Bem-estar e Proteção da Vida Animal. Com os Pareceres verbais e favoráveis dos membros das referidas Comissões, o Projeto é colocado em **segunda discussão**. Usa da palavra o Vereador: **Luiz Antônio Moreira Salata**: "Presidente, como membro da Comissão de Finanças e Orçamento, eu vejo aqui uma questão importante que tem que ser ressaltada abertura de crédito suplementar. Eu não analisei ainda o custo dessa obra, que foi iniciada no governo passado, mas eu tenho ouvido, na rede social, os fiéis escudeiros do ex-prefeito defendendo essa obra, dizendo que ela já... parece que ela já nasceu pronta, né? Então, eu tô vendo aqui (que não é assim) um valor de dois milhões e oitocentos e quarenta mil. Então, nós temos aqui recurso próprio, um milhão e duzentos e sessenta mil pra despesa adicional da obra, construtora Max Fox, necessidades técnicas adicionais do projeto, bastante recurso, hein? E mais o valor de um milhão e oitenta referente ao aditivo, e mais quinhentos mil pra renovação de contrato e manutenção predial de rotina. Então, essa obra, pelo que eu tô percebendo, ela não tava tão consolidado, o planejamento dessa obra, porque vai se usar aqui, além de recurso próprio, pra despesas adicionais da obra, aditivo, renovação de contrato pra manutenção predial. Enfim, o vereador Gustavo Pimenta mencionou a Comissão, e a gente tem procurado, dentro da Comissão, através dos membros vereadora Sônia e o vereador Marcelo da Branca se aprofundar um pouco mais nessa questão. Porque senão, essa comissão não vai chamar "Comissão Permanente de Finanças e Orçamento", ela vai chamar "Comissão Transitória", só vai aparecer quando há conveniência. Então, eu pediria... É um projeto de urgência, eu vou me manifestar sobre o próximo projeto. E, de qualquer forma, eu, através da Comissão, nós vamos pedir algumas informações sobre esta obra, que se refere ao Centro Administrativo, ao Complexo Municipal de Saúde, pra gente entender como é que foi feito o projeto no governo

passado, como é que ele caminhou nesses seis meses, e a necessidade desses valores, tá? Eu sou da bancada oficial do prefeito, mas a minha responsabilidade é muito maior como um membro aqui da Comissão, que tem o objetivo de esclarecer os vereadores, o plenário, pra votar suficientemente esclarecido. É isso, senhor presidente.” Não havendo mais oradores, em **segunda votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por 11 (onze) votos favoráveis e 01 (um) voto contrário dos Edis presentes. A Vereadora Lucimara Batista Germano do Nascimento votou contrário. Dando sequência à tramitação do Projeto, em regime de urgência, e com o Parecer verbal e favorável dos membros da Comissão de Justiça e Redação, conforme determina o Artigo 206, do Regimento Interno, o Senhor Presidente, **declara** o Projeto de Lei nº 6268/2025 **aprovado** em **Redação Final**. Dando sequência aos trabalhos, é lido, pelo Senhor Primeiro Secretário, o **Requerimento nº 530/2025**, que requer **urgência** para a discussão e votação do **Projeto de Lei nº 6269/2025**, Avulso nº 187/2025, de autoria do Executivo, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação(ões) de crédito, com a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, com ou sem a Garantia da União, e dá outras providências. O Requerimento é colocado em **discussão**. Não havendo oradores, o Requerimento é colocado em **votação**, sendo regimentalmente **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes. Prosseguindo com a tramitação, aprovada a urgência e com o Parecer verbal da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, favorável à livre tramitação do Projeto de Lei nº 6269/2025, o Senhor Presidente o coloca em **primeira discussão**. Ato contínuo, o Senhor Presidente esclarece que o projeto necessita do voto favorável da maioria absoluta dos Membros da Câmara, nos termos do inciso V, do artigo 199, do Regimento Interno, para sua aprovação, ou seja, 07 (sete) votos. Usa da palavra o Vereador: **Luiz Antônio Moreira Salata**: “Esse é o tipo do projeto, senhor presidente, que seria uma questão necessária pra obter informações. Eu falei aí com o Charles, ali de governo. Aliás, presidente, já veio aquela informação lá da Sabesp? Não? Não veio, né? Não tá... Então, eu soube aqui, andou de manhã umas informações, que

recursos desse financiamento da Finisa até têm despesas incorretas efetuadas aí por... não sei se pela Sabesp ou pela empresa terceirizada. Mas eu penso o seguinte, o Finisa trata de saneamento e obras públicas, obras de saneamento. Eu penso que a gente tem que estar conectado com a Sabesp. A Sabesp recebeu aí o Daemo, né? A população acho que não esqueceu ainda disso. Foi entregue para a Sabesp a galinha dos ovos de ouro do município de Olímpia. Eu não tenho nada contra a Sabesp até tenho boa relação lá com seus dirigentes. É até um pouco difícil falar com eles, né? Não sei onde eles estão, onde eles ficam. Mas cê liga, nunca tem retorno. Mas vieram aqui de forma cordial, fazer audiência pública do que aconteceu em doze meses com a Sabesp. Mas eu tô um pouco preocupado, porque o governo passado pediu uma linha de financiamento, inclusive que foram executadas as obras de saneamento. Em seguida, foi entregue o Daemo pra Sabesp. Da mesma forma que foram investidos milhões e milhões em poço profundo e foi entregue pra Sabesp. Isso precisa ser apurado, porque isso é imoral. Afronta as condições que relacionam a boa administração artigo 37 da Constituição. Então, vejam que nós precisamos aprofundar um pouco mais essas questões. Eu, como membro da comissão, presidente, eu não vou votar essa matéria. Vou caminhar pra votar favorável como vereador, em segunda votação. Mas eu peço a Vossa Excelência, presidente, que possa até pegar o parecer do meu suplente. Mas, como membro, eu não vou votar, porque carece de informação. Está sendo repactuado aqui os 43 milhões, mas eu preciso saber, como membro, o que houve, o que está acontecendo. Diz que o juro era exorbitante, está sendo ajustado o juro, né? Então está sendo feito um impulsionamento aqui de projetos no valor de 20 milhões. E nós estamos votando uma matéria que envolve 63 milhões. Eu conheço, vamos dizer assim, a vida arrojada do prefeito Geninho. Tenho admiração por ele tanto é que eu tô caminhando com ele até hoje. Mas aqui a Câmara precisa ser valorizada, porque a comissão, numa magnitude de um projeto desse de 63 milhões, precisa do parecer da comissão técnica. Como já disse aqui o nobre vereador Gustavo Pimenta, pra gente

poder sentar, com a assessoria que é necessária da Câmara, assessoria técnica, esclarecer os vereadores sobre essa questão. Então é o seguinte, marcando posição aqui como membro da comissão, eu não posso votar essa matéria. E pra não travancar, e caminhar tranquilo aí, pra não criar nenhum obstáculo com o prefeito que não merece esse encargo nas costas o que eu tô dizendo é que é necessário maior transparência dessas informações. Eu vou votar favorável como vereador, mas como membro da comissão, eu tô me abstenho. Obrigado, presidente.”

Não havendo mais oradores, o Projeto entra em **primeira votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes. A seguir, em **regime de urgência**, o Senhor Presidente solicita os Pareceres verbais das Comissões de Finanças e Orçamento; Obras, Serviços Públicos, Turismo e Outras Atividades; Educação, Saúde e Assistência Social; e Bem-estar e Proteção da Vida Animal. Com os Pareceres verbais e favoráveis dos membros das referidas Comissões, o Projeto é colocado em **segunda discussão**. Usa da palavra o Vereador: **Charles Amaral Ferreira**: “Bom, gostaria de esclarecer alguns pontos. É muito importante ficar bem claro pra população de Olímpia, né, o que aconteceu, o que se pretende com esse projeto de lei. Foram contraídos pela última gestão, aí, quatro empréstimos através do Finisa, né? Esses empréstimos do Finisa, como o vereador Salata também falou, têm como finalidade investimentos em infraestrutura, saneamento, infraestrutura de melhoria dos próprios públicos e coisas correlatas à parte de obras, né? Esses empréstimos do Finisa, que foram quatro, totalizam hoje uma dívida de quarenta e quatro milhões de reais pro município, e é pago em torno de 1.400.000 reais por mês de parcela. Quando a atual gestão entrou, né, o secretário de finanças pediu todos esses empréstimos pra analisar e ver possíveis repactuações, possíveis amortizações. Porém, pra surpresa dele, foi encontrada uma cláusula nesses empréstimos que, se a prefeitura quisesse quitá-los, tinha uma multa de oito milhões de reais em cada empréstimo. Então, uma multa que inviabiliza a prefeitura de quitar o empréstimo com desconto. O que o secretário fez foi

buscar alternativas junto a bancos, viajando até Brasília, falando com a diretoria da Caixa, falando com diretores de outras instituições financeiras. E o que ele conseguiu foi uma repactuação junto à Caixa, pra melhorar as condições de juros, tendo em vista que, no atual cenário, os juros desse empréstimo estão vinculados ao CDI mais uma taxa fixa por mês, né? Então, não importa se o CDI baixar, a gente continua pagando, porque tem uma taxa fixa que independe da volatilidade do CDI, né? E o secretário conseguiu, com muita habilidade, aí, quebrar esse critério. Hoje, aprovando essa lei aqui, a gente passa a ter uma taxa baseada somente no CDI, sem taxa fixa. A prefeitura ganha doze meses de carência, ou seja, vai ficar doze meses com respiro pra poder investir em obras. Porque hoje a prefeitura está sem capacidade nenhuma de obra, Marcelo. O que foi deixado no caixa está totalmente comprometido já, então a prefeitura não possui uma capacidade pra investimento em obras. E a sobra desses vinte milhões seria exatamente pra isso, pra aproveitar esses doze meses em que a prefeitura vai ter de carência, sem pagar esse valor. E ainda mais esses vinte milhões, de pronto, o prefeito Geninho pensa em uma escola na Zona Leste, que é uma grande necessidade, né? Mais uma escola lá na Zona Leste pra atender. Porém, uma escola não usa nem um terço desse recurso. Então, sobraria muito recurso ainda pra grandes obras da cidade. E é nesse momento que o prefeito quer escutar os vereadores. Cada um, aí, que tá na sua frente de trabalho, no seu bairro, sabe das demandas da cidade. Então, pra que a gente apresente as demandas pra ele, que a gente tem ouvido da população, pra investir esse recurso restante. Mas é uma iniciativa importantíssima. Primeiro, de sanear uma falha cometida na contratação desses empréstimos. Sem garantia do governo federal, como foi feito, ele aumenta muito a taxa de juros. Hoje, a gente aprovando a lei, vai ser contratado com garantia, o que abate o nosso imposto. Hoje, a parcela de um milhão e quatrocentos mil reais vai cair daqui a doze meses pra cerca de um milhão e duzentos mil reais. Então, a gente ainda tem um abate e doze meses de carência pra prefeitura ter um fôlego e conseguir

investir esse dinheiro né. E o mais importante, investir esse dinheiro em obra, que é a finalidade. Não pegar esse dinheiro pra pagar pessoa jurídica, não pegar esse dinheiro pra pagar outras coisas que a gente tá analisando. Vamos levantar essa documentação pra ver certinho onde foi investido o recurso desses quatro empréstimos. E com certeza, eu tenho certeza absoluta que a Comissão de Finanças vai pegar e esmiuçar esses dados e, se for preciso, responsabilizar quem de direito. Mas é muito importante esse empréstimo, que vem pra gente ter um recurso de investimento, uma capacidade de investimento em obras na cidade.” Não havendo mais oradores, em **segunda votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes no plenário. Dando sequência à tramitação do Projeto, em regime de urgência, e com o Parecer verbal e favorável dos membros da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, conforme determina o Artigo 206, do Regimento Interno, o Senhor Presidente, **declara** o Projeto de Lei nº 6269/2025 **aprovado** em **Redação Final**. Dando sequência aos trabalhos, é lido, pelo Senhor Primeiro Secretário, o **Requerimento nº 531/2025**, que requer **urgência** para a discussão e votação do **Projeto de Decreto Legislativo nº 719/2025**, o Requerimento é colocado em **discussão**. Não havendo oradores, o Requerimento é colocado em **votação**, sendo regimentalmente **aprovado** por unanimidade dos Edis presentes. Dando continuidade aos trabalhos, entra em deliberação, o **Projeto de Decreto Legislativo nº 719/2025**, Avulso nº 188/2025, de autoria do Vereador Leandro Marcelo dos Santos, que dispõe sobre a concessão do Título de Cidadão Honorário de Olímpia, ao Engenheiro, Gestor Público e Governador do Estado de São Paulo, Excelentíssimo Senhor Tarcísio Gomes de Freitas. Com o Parecer verbal favorável da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, o Senhor Presidente esclarece ao Plenário, que nos termos do artigo 200, Inciso V, do Regimento Interno, a proposição em referência necessita, para sua aprovação, do voto favorável de dois terços dos membros da Câmara, ou seja, sete (07) votos; motivo pelo qual, o Presidente tem direito a voto, conforme estabelece o artigo 18, Inciso I, alínea e, item 2, do

Regimento Interno desta Edilidade. A seguir, por se tratar de matéria que deverá ser submetida à "discussão e votação única", o Senhor Presidente solicita ainda, o Parecer verbal das seguintes Comissões: Finanças e Orçamento; Obras, Serviços Públicos, Turismo e Outras Atividades; Educação, Saúde e Assistência Social; e Bem-estar e Proteção da Vida Animal. Com os Pareceres verbais e favoráveis dos membros das referidas Comissões, o Projeto é colocado em **discussão única**. Usam da palavra os Vereadores: **Marco Antônio Parolim de Carvalho:** "Eu queria parabenizar o nosso colega Marcelo da Branca pelo título de cidadão ao nosso governador e dizer pra ele que o meu voto é favorável e seria muito favorável pelo trabalho que a gente tá vendo o nosso governador fazer em nosso estado. Tem um currículo dele aqui anexo ao projeto, um currículo invejável. Parabéns, Marcelo, conta com meu voto." **Otávio Augusto Hial:** "Ô Marcelo, mais uma vez aí, parabéns pelo projeto. O governador Tarcísio tá fazendo um excelente trabalho no nosso estado. Nada mais do que justo dele ganhar aí um cidadão honorário olimpiense. Ele, que por sua vez, estará presente aqui no Folclore e será com certeza aí muito bem-vindo. Conte com meu voto. Obrigado." **Leandro Marcelo dos Santos:** "Agradecer aos nobres vereadores pelo apoio dado a esse título, né, ao nosso governador. E também por ser do meu partido, né, Republicanos. E, bem lembrado, o Hial falando que em agosto o governador vai estar em Olímpia inaugurando algumas obras junto com o nosso prefeito Geninho. E é um momento interessante de prestigiar o nosso governador, que está fazendo um grande trabalho. Então, gostaria de agradecer a todos os nobres vereadores que assinaram e apoiaram esse projeto." **Flávio Augusto Olmos:** "E dizer que, Marcelo, pela primeira vez o Folclore vai ser aberto com o governador. Isso é bacana! Isso que eu fiquei sabendo primeira vez que o governador vai na abertura do Folclore. E dizer que com certeza será o nosso futuro presidente. Tenho meu voto favorável." **Luciano Ferreira:** "Também não poderia deixar de dar os parabéns pro Marcelo por dar esse título pro nosso governador, de quem eu sou um grande fã também. Trabalho do nosso governador. E concordo com o

presidente. O Tarcísio vai ser nosso próximo presidente e com certeza vai contar comigo. E, Marcelo, parabéns por esse título mais que desejado ao nosso governador. Com certeza pode contar não só com meus votos, como os dos nossos amigos aqui. Valeu, Marcelo!" Não havendo mais oradores, o Projeto Decreto Legislativo nº 719/2025 entra em **votação única**, sendo regimentalmente **aprovado** pela unanimidade dos Edis presentes em Plenário, ou seja, 13 (treze) votos. A seguir, nos termos do Artigo 206, do Regimento Interno desta Edilidade, o Senhor Presidente declara o Projeto **aprovado** em **Redação Final**. Continuando os trabalhos, com os Pareceres verbais e favoráveis dos membros das Comissões de Finanças e Orçamento; Obras, Serviços Públicos, Turismo e Outras Atividades; Educação, Saúde e Assistência Social; e Bem-estar e Proteção da Vida Animal, entra em discussão de segundo turno, o Projeto de **Lei Complementar nº 385/2025**, Avulso nº 169/2025, de autoria do Executivo, que altera dispositivo da Lei Municipal nº 4.735, de 04 de março de 2022, que dispõe sobre criação e alteração de cargos de provimento efetivo e dá outras providências, constantes da Lei Complementar nº 138, de 11 de março de 2014, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Classificação de Cargos da Prefeitura do Município da Estância Turística de Olímpia. Com a palavra, o Senhor Presidente informa, que nos termos do inciso I do artigo 199 do Regimento Interno, o Projeto necessita, para sua aprovação, do voto favorável da maioria absoluta dos Membros da Câmara, ou seja, 07 (sete) votos dos Edis presentes. Ainda com a palavra, o Senhor Presidente informa que o referido Projeto foi aprovado em primeira discussão e votação de primeiro turno na Sessão Ordinária do dia vinte e cinco de junho de dois mil e vinte e cinco. Usa da palavra o Vereador: **Luiz Gustavo Pimenta**: "Esse projeto tava com vista para que eu pudesse analisar e incluir né, mas já foi explicado nesta sessão, no tempo de outro projeto, a gente não consegue fazer nem emenda nem substitutivo e já foi votado em primeira. Lamentavelmente, não incluiu o bacharel em Direito no curso de auditor e criou-se vinte e seis cargos. Então, eu sou

contrário por esse motivo.” Não havendo mais oradores, o Projeto de Lei Complementar nº 385/2025 é colocado em **segunda votação**, sendo na forma regimental, **aprovado** por 11 (onze) votos favoráveis e 01 (um) voto contrário dos Edis presentes no plenário. O Vereador Luiz Gustavo Pimenta votou contrário. Com a palavra o Senhor Presidente informa ao Plenário que a Mesa recebeu a **Emenda número 06/2025**, e que cópias da referida Emenda já se encontram nas pastas dos Senhores Vereadores. O Senhor Presidente solicita ao Primeiro Secretário que faça a leitura da **Emenda nº 06/2025**, de autoria do Vereador Charles Amaral Ferreira. A seguir, solicita a leitura do **Parecer nº 122/2025**, de autoria da Comissão de Justiça, Legislação e Redação quanto a Emenda. Com parecer favorável, a **Emenda nº 06/2025** é colocada em **discussão única**. Não havendo oradores, a **Emenda nº 06/2025** entra em **votação única**, sendo regimentalmente **aprovada** por 11 (onze) votos favoráveis e 01 (um) voto contrário dos Edis presentes. O Vereador Luiz Gustavo Pimenta votou contrário. Ato contínuo, em questão de ordem, o Senhor Presidente solicita a leitura do **Requerimento nº 506/2025**, de autoria do Líder do Prefeito, que solicita **urgência** para **votação** de **Redação Final**. O Senhor Presidente submete o Requerimento nº 506/2025 ao plenário. Realizada a votação constatou-se que o mesmo foi **aprovado** pela unanimidade dos Edis presentes. A seguir, nos termos regimentais e com parecer favorável da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, o Projeto de Lei Complementar nº 385/2025 com as alterações dadas pela Emenda nº 06/2025 entra em votação de **redação final, sem discussão**, sendo **aprovado** pela unanimidade dos Edis presentes no Plenário. A seguir, o Senhor Presidente solicita a leitura do **Requerimento nº 518/2025**, de autoria do Vereador Leandro Marcelo dos Santos, que solicita Solenidade de Outorga da Honraria ao Governador do Estado de São Paulo, Excelentíssimo Senhor Tarcísio Gomes de Freitas, fora do Recinto da Câmara. O Requerimento está em discussão. Não havendo oradores, o Senhor Presidente submete o Requerimento ao plenário. Realizada a votação constatou-se que o mesmo foi aprovado pela unanimidade dos Edis presentes. Não havendo mais

projetos para apreciação na presente sessão e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, "Sob a Proteção de Deus", declara encerrados os trabalhos da presente Sessão Extraordinária. Do que, para constar, foi lavrada a presente Ata que lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Mesa.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--.--